

A AUTORIA NO GÊNERO DE TEXTO ARTIGO DE OPINIÃO: SUJEIÇÃO OU LIBERDADE?

Carlos Alberto BAPTISTA¹

Doutorando em Língua Portuguesa – PUC/SP

RESUMO

Este artigo constitui-se na convergência de duas categorias bem produtivas nos estudos da linguagem, mais especificamente, nas pesquisas em Análise do Discurso de vertente francesa: a de gênero de discurso e a de autoria. Nosso objetivo é o de identificar indícios de autoria (Possenti 2008) no artigo de opinião escrito por Claudio de Moura Castro, levando em conta que o artigo de opinião possui uma autoria restrita. Trata-se de uma análise enunciativo-discursiva, com embasamento teórico-metodológico na Análise de Discurso de linha francesa, nas perspectivas desenvolvidas por Maingueneau. O gênero de texto artigo de opinião é uma prática enunciativo-discursiva submetida a restrições da autoria, pois implica o posicionamento de um autor legitimado por um campo discursivo e pela instituição jornalística. No entanto, são nos limites dessas restrições que o sujeito demarca sua singularidade.

Palavras-chave: Análise do Discurso; autoria; gêneros de texto artigo de opinião.

Introdução

Este artigo constitui-se na convergência de duas categorias bem produtivas nos estudos da linguagem, mais especificamente, nas pesquisas em Análise do Discurso de vertente francesa. A primeira é a noção de autor, que há muito tempo gera discussões, já tendo sido tema de reflexões de pensadores influentes, como Foucault, Bakhtin e Barthes.

A segunda categoria é a de gênero de discurso/texto² que, na atualidade, em uma perspectiva interacionista, assume posição privilegiada e, no Brasil, tem os estudos acentuados, principalmente com a repercussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Assim, nosso estudo se inscreve na tentativa de se pensar a autoria relacionada à categoria gênero de texto artigo de opinião. Para tanto, selecionamos o artigo escrito por Claudio de Moura Castro “A exumação de um cadáver”, publicado na Revista *Veja*, em 03 de abril de 2013.

¹ Endereço eletrônico: prof.carlos.itb@gmail.com

² Distinguímos gênero de discurso de gênero de texto, conforme propõe Maingueneau (2013). Nessa ótica, o artigo de opinião é considerado um gênero de texto e a revista, um gênero de discurso. Essa distinção é esclarecida mais adiante.

O presente artigo se inscreve também em uma problemática maior: a noção de sujeito e sua inscrição no discurso, visto que o autor pode ser considerado como uma das instâncias pela qual o sujeito emerge na enunciação. Os estudos em Análise do Discurso, principalmente os desenvolvidos por Pêcheux, apontam para um sujeito dominado pelas condições sócio-históricas nas quais se insere. O posicionamento discursivo e o gênero de discurso condicionam, nesse sentido, a emergência desse sujeito.

Seguindo esse pensamento, no gênero de texto artigo de opinião, o sujeito está fadado às regras do discurso? Como se inscreve a singularidade de um autor nessa condição? Partindo dessa reflexão, o objetivo é o de identificar os indícios que marcam a presença de um autor nesse artigo de opinião, levando em conta que o próprio gênero já estabelece restrições à autoria.

Para isso, dois momentos são estabelecidos no percurso deste artigo. No primeiro, identificamos a autoria no gênero de texto artigo de opinião como um lugar restrito, ou seja, em que a posição de autor é determinada pela instituição, o que faz desse posicionamento um lugar fechado e que reserva legitimidade ao sujeito que pode ocupá-lo. No segundo momento, verificamos que essa restrição não anula a possibilidade de emergência de um subjetividade autoral.

Condições sócio-históricas de produção

Desde 1996, o economista Claudio Moura Castro publica na Revista *Veja*. Seus discursos geralmente abordam um posicionamento sobre a educação brasileira e suas implicações com a economia do país.

A partir de 1998, ele publicou na coluna ponto de vista, mantida até 2008. Ao longo desse período, Castro publicou ininterruptamente um artigo mensal, intercalado com os demais escritores da coluna. Após o fim da coluna, os artigos continuaram sendo publicados, ocupando o mesmo espaço de uma página, mas dessa vez levando apenas o nome do escritor. Entre os diversos escritores que publicaram na coluna ponto de vista e após sua extinção, Castro é o único que esteve presente durante todo esse período.

Embora alguns coenunciadores aceitem as possibilidades de sentidos previstos nos discursos de Castro, associados aos posicionamentos e inserção social do autor, outros discordam inteiramente daqueles, na medida em que consideram diferentes efeitos de sentido, por assumirem posicionamentos antagônicos ao do autor. Assim, é bastante comum que esses

discursos provoquem polêmica entre seus coenunciadores, em vista dos impasses entre os posicionamentos deles e os do autor.

O artigo de opinião selecionado para análise é “A exumação de um cadáver”. Publicado em abril de 2013, tem como tema a proposta do governo de atribuir ao MEC responsabilidades sobre a regulamentação dos cursos de graduação em medicina. Isso ocorre no contexto de 2012 e 2013, quando começou a tramitar no Congresso Nacional o Programa Mais Médicos. No âmbito desse programa, estava a proposta de o MEC passar a regulamentar o funcionamento, abertura e quantidade de vagas dos cursos de medicina.

A ideia do programa era a de expandir as vagas de acordo com critérios que apontassem a necessidade por região. Assim, entre algumas exigências estava, por exemplo, a de que as universidades só poderiam ofertar vagas, caso tivessem número de leitos disponíveis por aluno maior ou igual a cinco. As regras foram instituídas pelo então ministro da educação Aluísio Mercadante, em junho de 2013.

No discurso de Castro, portanto, “a exumação de um cadáver” refere-se ao ressurgimento da ideia de que o Estado deveria regular a oferta de cursos superiores das instituições privadas. Castro defende que o MEC não teria mais competência para decidir onde ou qual curso oferecer do que o próprio dono da instituição, pois a este caberia melhor sobre essa decisão, já que estaria arriscando o próprio investimento.

Além disso, defende que a demanda social pelos cursos não poderia ser usada como parâmetro para oferecimento de vagas. Afinal, a relação entre curso e atuação profissional não ocorre de forma tão direta, ou seja, nem sempre o estudante formado irá atuar na área de formação. O posicionamento de Castro aproxima-se, dessa forma, da visão liberalista de que o mercado pode se ajustar, sem que seja necessária a intervenção estatal.

Embasamento teórico

A Análise do Discurso de vertente francesa se insere na base de interesses científicos e militantes dentro do cenário francês da década de 60. Apesar de ser influenciada e desenvolvida por diferentes pensadores e correntes, um dos principais nomes a que se liga é ao de Pêcheux, que repensa a maneira de considerar a linguagem, ao relacionar as diversas áreas do saber: a Psicanálise, o Marxismo e a Linguística. Para ele, a linguagem é a expressão histórica da realidade social, que ocorre pela materialização de forças ideológicas.

Além disso, Pêcheux concebe a Análise do Discurso por uma ótica não subjetiva da linguagem, pois o sujeito não é o centro do discurso, mas cindido pelo inconsciente e interpelado pela ideologia – assujeitamento do sujeito. O sentido também não é imanente à língua, conforme a visão saussuriana, pois, para Pêcheux, os sentidos são condicionados às posições em que os sujeitos se inscrevem. Nesse sentido, o sujeito se constitui de uma posição enunciativa e inconsciente, marcada pelo ideológico. É uma forma sócio-histórica identificada com a formação discursiva que o constitui.

A Análise do Discurso proposta por Pêcheux não deixou de sofrer algumas reformulações ao longo do seu desenvolvimento, nas décadas de 1970 e 1980. Assim três momentos são identificáveis no percurso da AD, conforme aponta Pêcheux (1993). O que é mais perceptível, nessa transição, é a maneira como o conceito de interdiscurso ganha espaço no estudo do discurso e como a noção de sujeito é afetada por isso.

Justamente por essa noção ser ressaltada em seus estudos, no segundo momento, ao tomar o conceito de formação discursiva de Foucault, Pêcheux abandona o projeto de buscar um sistema funcional e mecânico do discurso, ao considerar que a formação discursiva é inconstante, intercruzada por outras formações discursivas. E o sujeito, tanto na primeira quanto na segunda fase, é concebido como dominado por uma formação discursiva, que é o lugar de onde ele produz seu discurso. Isto é, mesmo o discurso sendo atravessado por diversas formações discursivas, há sempre uma dominante.

É na terceira fase, entretanto, aproximando-se dos trabalhos de Authier-Revuz, que a noção de interdiscurso assume maior relevância. Busca-se, assim, o relacionamento entre seqüências discursivas e o interdiscurso. Nessa visão, o sujeito coloca em cena o discurso do Outro (ou como um outro) e o controle do discurso o escapa, na medida em que, incontrolavelmente, outros discursos perpassam-lhe.

Nos estudos atuais da AD, um dos nomes que se destacam é o de Maingueneau. Esse autor propõe o primado do interdiscurso sobre o discurso como um dos princípios basilares (Maingueneau, 2005). O que quer dizer que o discurso só adquire sentido na relação que estabelece com outros e a unidade de análise passa a ser, portanto, o interdiscurso e não o discurso. E cada gênero de discurso estabelece uma relação interdiscursiva que lhe é própria. Maingueneau (2007) enfatiza também o caráter interdisciplinar da AD, considerando que a interdisciplinaridade está na sua essência, visto que sua própria origem se encontra na convergência de correntes diversas.

Maingueneau (2007) ressalta também que, entre as diferentes disciplinas que tomam o discurso como objeto, a diferença da AD é a de que ela é dominada pelo interesse de conceber o discurso como “imbricação de um texto e de um lugar social”. Isto é, seu objeto não se localiza na organização textual nem na situação de comunicação. É para o ponto de união desses dois dispositivos que a Análise do Discurso se volta, entre o verbal e o institucional.

Por isso, conforme esse autor, a noção de gênero de discurso deve ocupar um lugar central, uma vez que impede uma concepção simplificada entre o verbal e o lugar social. Por ser uma unidade empírica, o gênero de discurso é considerado o vínculo da produção e organização verbal ao plano institucional de uso da linguagem.

Em relação a essa categoria, Maingueneau (2004) ressalta que, na Análise do Discurso, a noção de gênero de discurso geralmente é definida por critérios situacionais. Nessa perspectiva, os gêneros são considerados dispositivos sócio-históricos de comunicação, podendo ser designados, metaforicamente, como um contrato, um ritual ou um jogo.

Por serem atividades sociais, os gêneros de discurso são submetidos a um conjunto de condições de êxito. Essas condições envolvem elementos de diferentes ordens, das quais ele destaca: papéis a serem assumidos pelos seus participantes, finalidade, lugar e um momento constitutivo, suporte material, construção composicional e certos recursos linguísticos. (MAINGUENEAU, 2013).

No entanto, Maingueneau salienta que um dos problemas causado pela noção de gênero é o da inclusão de gêneros em outro gêneros, conforme ocorre em revistas e jornais. O autor defende que, nesses casos, o gênero de discurso é o jornal ou a revista. Por essa ótica, a notícia, o editorial ou o artigo de opinião são gêneros de texto e não gêneros de discurso, pois não constituem uma atividade verbal autônoma. Por considerar a distinção proposta por esse autor, tomamos, neste estudo, o artigo de opinião com um gênero de texto e a revista como o gênero de discurso.

O gênero de texto artigo de opinião

O artigo de opinião é um gênero de texto integrante do gênero de discurso jornal ou revista. Por ser atrelado a um jornal ou a uma revista, o artigo de opinião enquadra-se em uma instância autoral hierarquizada. Isto é, pode-se dizer que a instância que o assume é um autor, mas também é uma instância autoral superior, o jornal ou a revista. Por isso, é comum que se diga que o artigo é de tal jornal ou de tal articulista (Maingueneau, 2013).

Melo (1985) acrescenta que o artigo de opinião trata-se de uma matéria em que um jornalista ou um colaborador apresenta seu ponto de vista. Possui uma temática ampla e diversificada, abordada por alguém que é autoridade no assunto. Acrescenta ainda que, apesar de o artigo de opinião apresentar certo grau de liberdade quanto à diversidade de conteúdo e forma, tem compromisso com fatos da atualidade, de relevância para a sua conjuntura histórica.

A essência desse gênero está no ponto de vista que o escritor expõe. Sua opinião, ressalta Melo (1985), deve estar explícita, vinculada à assinatura do escritor, pois o leitor interessa-se principalmente em saber o que ele pensa e como ele reage diante dos fatos da atualidade. A finalidade do artigo de opinião é “doutrinária: se destina a analisar uma questão da atualidade, sugerindo ao público uma determinada maneira de vê-la ou de julgá-la.” (MELO, 1985, p. 93).

Para Alves Filho (2006), a autoria exerce diferentes funções enunciativas, de acordo com o gênero de texto. Nessa concepção, ao propor algumas distinções quanto aos gêneros de texto jornalísticos, classifica a autoria do artigo de opinião como sócio-profissional externa. Afinal, nesse gênero, a instância que assume a responsabilidade pelo discurso é destacada pela instituição jornalística como uma voz exterior a ela, ou seja, que não pertence àquela instituição, mas é autorizada a enunciar naquele espaço. Essa permissão, da instituição jornalística, só é concedida porque o escritor está posicionado como representante de prestígio social dos diversos segmentos profissionais dos grupos sociais.

Há, contudo, conforme assevera Rodrigues (2001), certos posicionamentos e campos discursivos que são privilegiados, em detrimento de outros. Prefere-se que o lugar social de onde fala o escritor seja da política; da indústria; ou do campo científico-acadêmico restrito a áreas sociais (economia, sociologia, história etc.). Essa restrição é explicada pelo fato de, assim, o enunciador assumir, no discurso, a imagem de homem social público.

Legitimado por seu campo de atuação, ele fala como um representante dessa instituição. Cria-se, assim, uma interação na qual esse participante dialoga com a sociedade ou com uma parte dela. Rodrigues (2001, p. 139) observa assim que o autor, no artigo de opinião, “assume o papel de porta-voz, encarnando a instituição que representa, constituindo-se a sua fala um discurso bivocal” .

Como explicitamos acima, o artigo de opinião é um gênero de texto que demarca uma autoria restrita, isto é, que é controlada institucionalmente. Por outro lado, o artigo de opinião se caracteriza por permitir liberdade estilística, o que possibilita ao autor manifestar-se de maneira singular.

O artigo de opinião selecionado ocupa o espaço de uma página e apresenta, em destaque, na parte superior da página, o nome do escritor. Ao lado, sua foto e, em fonte minúscula, à direita, seu e-mail. Logo abaixo, vem disposto o texto e, em fonte menor, também na parte inferior da página, a vinculação do escritor a uma instituição externa: “Claudio de Moura Castro é economista”.

Confirma-se, assim, a autoria sócio-profissional externa, em que o sujeito é apresentado como não pertencente à instituição jornalística, mas é autorizado a nela enunciar. O vínculo do escritor ao campo da economia também nos mostra a restrição de um autor pertencente a determinado espaço social que lhe dê autoridade para enunciar enquanto representante social.

Desta feita, a autoria sócio-profissional do artigo de opinião está ligada a uma fala valorizada, pois o artigo de opinião, por possuir autoria restritiva, dá legitimidade ao escritor, garante a autoridade dele. Isto é, por poder falar daquele lugar, os efeitos de sentido são de que ele exerce a legitimidade de poder representar o campo da economia. E isso lhe atribui *status* que não pertence a todos os sujeitos, mesmo entre os que também pertencem àquele campo.

Além disso, o fato de o escritor estar vinculado a um campo discursivo é decisivo porque, dessa forma, seu discurso não aponta pura e simplesmente para um sujeito, mas também para o lugar social de onde ele se posiciona. Nesse sentido, ao aproximar escritor e campo de atuação profissional soa como uma resposta ao leitor, o qual pode se perguntar: mas quem é o autor? Quem é que diz isso? Portanto, é como um membro legitimado pelo campo da economia que o sujeito assume o lugar de autor no artigo de opinião.

Esses aspectos são importantes para que o artigo de opinião esteja inserido nas condições de êxito que a revista precisa atender para ser legitimada socialmente. Assim, o autor, o lugar de onde ele fala e a autoridade que lhe é conferida para poder posicionar-se diante de um assunto da atualidade são aspectos que conferem à autoria do artigo o caráter de lugar restrito, determinado social e institucionalmente. Restrito porque é uma posição privilegiada, que muitos almejam, mas poucos podem ocupá-la.

Isso significa que o sujeito está submetido a regras que se inscrevem, *a priori*, no discurso, ou seja, antes de sua enunciação. Contudo, entre essas balizas das restrições discursivas impostas pelo gênero, o autor marca sua singularidade, ao se distinguir dos outros sujeitos que possuem os mesmos privilégios.

Singularidades de um autor

Quem propõe uma maneira de se pensar essa singularidade é Possenti (2009). Para ele, essa seria uma forma de dar maior objetividade à noção de autor, que julga ser ainda bastante intuitiva. Nesse sentido, a noção de singularidade pode aproximar-se com a questão do estilo, o que permitiria que fosse possível apontar para traços ou indícios passíveis de análise.

Esse autor parte da premissa de que a autoria só pode ser avaliada no nível do discurso. Afinal, ela implica a questão da subjetividade e o modo como essa subjetividade se insere numa conjuntura histórica que lhe dá sentido, ou seja, uma singularidade que marca uma tomada de posição no discurso (ou um posicionamento em uma formação discursiva, em termos pècheutianos).

Nas condições atuais, segundo Possenti (2009), a análise da subjetividade só é possível, pois uma “teoria do discurso”, como a pressuposta pela AD, permite ao analista posicionar-se de modo mais produtivo a essa noção. O que quer dizer que podem excluir “duas interpretações maléficas”: a do modo como ela é compreendida na estética romântica e a concepção de que o sujeito, mesmo em uma posição discursiva, ainda pode ser ele mesmo, distinguindo-se dos outros pela ordem do como, ou seja, do estilo.

Destacamos, em relação a esse segundo aspecto, que, para a Análise do Discurso francesa, principalmente nos estudos desenvolvidos por Pêcheux, o sujeito é tomado por um assujeitamento, pois enuncia de posições historicamente dadas no interior de um interdiscurso e de um aparelho discursivo institucionalizado. Contudo, o que Possenti (2009) defende é que um estilo não deixa de ser compatível com certo posicionamento.

Nesse sentido, para Possenti (2009), é necessário que o discurso ultrapasse as exigências burocráticas das manifestações discursivas, para que certa singularidade no modo de enunciação faça emergir o autor. É necessário que tenha densidade, caracterize objetos e lugares, dê motivação aos atos dos enunciadores, faça relação com elementos da cultura, com outros discursos e crenças correntes, que tenha elementos que marquem avaliação e tomada de posição. Em suma, trata-se de elementos da ordem do discurso, porque dão historicidade aos enunciadores e aos objetos do discurso.

Para especificar alguns indícios que demarcam a emergência do autor, Possenti dedica-se particularmente a três atitudes fundamentais: dar voz a outros enunciadores, distanciar-se em relação ao próprio discurso e marcar certa originalidade na forma de se posicionar perante a interdiscursividade.

No primeiro caso, os indícios estariam na introdução de pontos de vistas atribuídos a enunciadores diferentes, no modo como opiniões e discursos correntes são encadeados,

produzindo efeitos de sentido diversos. Ao fazer com que outros enunciadores falem em seu discurso, o autor exige também que o leitor esteja engajado em uma cultura comum, tenha acesso a uma memória coletiva.

No segundo caso, a maneira como a relação interdiscursiva é feita implica também um indício. O autor pode explicitar ou não um outro discurso, pode avaliá-lo ou mostrar neutralidade em relação a ele. Conforme salienta Possenti, o discurso do autor não lhe pertence, pertence a toda uma comunidade cultural, porém, o modo como essas vozes são regidas implica algo do autor.

No terceiro caso, podemos colocar em outro grupo os indícios que também indicam uma posição enunciativa no interdiscurso, mas que se referem a aspectos de escolha, singularidade ou criatividade no uso da língua. É o caso, por exemplo, do desvio de uma perspectiva usual no modo de dizer e de se referir às coisas do mundo. Pode ser uma retomada coesiva feita de modo pouco banal, mostrando a intervenção do autor, ou o uso de uma metáfora ou de uma ironia. Não é uma invenção individual, mas também não se trata da intervenção de todos os sujeitos que estão naquela posição, visto que apontam para uma posição enunciativa diante dos discursos que perpassam o do autor.

Indícios de autoria no artigo de opinião de Claudio de Moura Castro

Na sequência, apresentamos recortes do artigo de opinião em análise e buscamos identificar marcas que denunciam as singularidades do autor nesse discurso. Apesar de a tomada de posição diante de um fato da atualidade ser algo previsto pelo gênero artigo de opinião, o posicionamento desse autor revela marcas constitutivas de certa singularidade, como identificamos em seguida.

Recorte 1

Quando parecia sepultada e descansando de uma vida maldita, exuma-se a ideia de que o estado deve regular a oferta de cursos superiores privados. Ou seja, impedir que os incautos proprietários de faculdades invistam errado, pois o MEC sabe onde está o mercado para advogados ou médicos. Pensemos: quem sabe de mercado, o dono da faculdade que arrisca sua empresa ou um funcionário do MEC, pontificando sob o manto da impunidade - e sabe-se lá com que agenda latente?

O autor, além de tomar uma posição que se confronta com os discursos correntes que cogitam a possibilidade de o MEC poder regular a oferta de cursos superiores, marca essa oposição pelo modo peculiar de se referir a esse fato. Para ele, esse intervencionismo do Estado sobre as instituições privadas é uma ideia comparada a um ser que teve uma “vida maldita”, que morreu e foi “sepultada”. Contudo, essa ideia volta a tramitar no Congresso, o que o leva a enunciar esse fato como um “cadáver” que está sendo “exumado”.

Portanto, é no modo de se referir aos discursos evocados que o autor marca, logo de início, um posicionamento no discurso. Esse posicionamento não é idêntico a de todos os sujeitos que se revelam contra a atitude do MEC, pois os outros sujeitos não comparam esse acontecimento a um cadáver que, após uma vida maldita, é agora exumado.

A presença do autor é sentida no uso pouco comum de se referir aos fatos. Esse modo aponta para uma atitude de escolha, criatividade e originalidade. São nesses desvios que enxergamos a intervenção de um autor, um sujeito que imprime suas marcas, mesmo quando dominado por um posicionamento que seja histórico-social.

O posicionamento do autor não deixa, apesar disso, de se inscrever no interdiscurso como um posicionamento no campo da economia; assim, pela voz do autor, há também a do economista, do campo discursivo do qual ele é representante. Essa interdiscursividade pode ser notada no uso de itens lexicais como: “proprietário, invistam, mercado, funcionário, dono”. Esses itens lexicais resgatam, na memória discursiva, o campo da economia. É o economista quem fala e seu posicionamento e sua voz pertencem a esse campo, é legitimado por ele. A opinião apresentada não deixa de sofrer essa valorização. Como se os métodos desse lugar, da economia, é que permitissem a ele tirar suas conclusões.

No entanto, a voz desse campo não domina totalmente esse discurso. Essa voz não apaga, ou não deixa que se ouça outra voz, outra subjetividade. Sabe-se que uma das características do artigo de opinião é, embora apresentando a defesa de um ponto de vista pessoal, poder afastar-se de marcas subjetivas para, estrategicamente, manifestar certa neutralidade. No recorte, observamos um uso linguageiro que distancia o discurso da impessoalidade. Os termos figurativos (sepultada, descansando, exuma-se, manto), irônico (incautos), o verbo no imperativo (pensemos) e a pergunta retórica evidenciam a presença do autor.

Notamos que não há, portanto, o predomínio de neutralidade, que destacaria, dessa forma, a voz do campo da economia nem marcas de subjetividades excessivas que demarcariam

fortemente a presença de um sujeito, que diz “eu” e se projeta incessantemente no discurso. É no equilíbrio que se constrói essa interdiscursividade.

Cabe-nos observar que o equilíbrio entre essas duas vozes também depende do grau de reconhecimento social e midiático que o autor possui, ou seja, até que ponto a voz do autor pode ter privilégio sobre a voz da instituição da qual ele é representante. Afinal, se a autoridade desse sujeito for pouco significativa, talvez seja mais conveniente que a voz do campo social seja mais marcada que a dele. Nesse caso, é preferível um autor “opaco”, que se garanta pela voz legitimada da instituição da qual é representante, que se apague na objetividade que a linguagem lhe permite.

Acrescentamos que, ao estabelecer no seu discurso uma relação, já no início, com léxicos advindos de práticas da perícia funerária (exumação de um cadáver), o autor propõe um desafio ao coenunciador. Como menciona Possenti, uma das possíveis marcas de um autor é a aposta que faz com o leitor.

Neste caso, pelos efeitos de sentido que a noção de exumação estabelece, o coenunciador é levado a resgatar, na memória discursiva, que, geralmente, a mídia noticia casos em que corpos são desenterrados, para que uma perícia possa examinar a causa da morte. Nesse período, foi bastante noticiado a exumação do corpo do ex-presidente da república João Goulart, por exemplo. Contudo, na leitura, ele irá perceber que o referido cadáver, nesse discurso, não é o de uma celebridade nem o de uma personagem histórica, mas sim o de uma ideia que teve uma “vida maldita”.

Podemos, ainda, nesse recorte, constatar um terceiro discurso, que não fala juntamente ao autor, mas é quem provoca a sua fala, num movimento interdiscursivo. A atitude do governo, em especial o discurso do MEC, é o motivo, o que dá origem ao debate dessas outras vozes. É ele o responsável pela “exumação do cadáver”. O interdiscurso é lugar de embate, de formações discursivas que se opõem ou se aliam. Nesse discurso, evidencia-se um duelo. Marca-se a oposição ao discurso intervencionista do governo.

Manter distância do que se diz, mas, principalmente, o modo pelo qual se faz isso, aponta também para um indício de autoria. Assim, a maneira de apagar a subjetividade do discurso não deixa de ser uma estratégia que pode ser examinada como indício de um autor. Nesse recorte, como observamos, há um equilíbrio entre marcas que apontam para um sujeito singular e outras que remetem ao campo da economia. No recorte abaixo, há outra estratégia de apagamento:

Recorte 2

Segundo as pesquisas, quatro anos de faculdade dobram os salários e não há desemprego significativo nesse nível. (...)Exercem a profissão menos de 20% dos advogados, 10% dos economistas e 5% dos filósofos.

Ao fazer com que seu discurso seja perpassado por pesquisas e dados estatísticos, toda forma de subjetividade é apagada. Como se o empirismo científico e a objetividade (lugar impossível na linguagem) da matemática falasse em seu discurso. Como se não houvesse mais um sujeito, um posicionamento, mas dados que falam por si, que existem indiferentes aos sujeitos. Essa característica da autoria tão perseguida por discursos científicos e por parte dos discursos jornalísticos, contudo, neste discurso, não deixa de conferir certos indícios de autoria, marcas peculiares de um autor que se apaga em nome da credibilidade de sua enunciação.

Outro indício que também podemos relacionar à interdiscursividade, mas que dessa vez se trata de um demarcação explícita do discurso do Outro, pode ser observado pelo modo com que os discursos são introduzidos, na tentativa de causar um efeito de sentido. No recorte abaixo, dois discursos marcados, o primeiro em discurso direto e o segundo em discurso indireto, são introduzidos.

Recorte 3

Em Brasília, o representante de uma associação médica declarou: "Não há mais mercado para médicos, assim mostram os indicadores da OMS". Ironia do destino, nesse evento, falou antes dele Jarbas Passarinho. Narrou que, em sua gestão como ministro da Educação (1970), foi procurado pela mesma associação, ouvindo idêntica afirmativa. Desde então, o número de faculdades de medicina cresceu quatro vezes.

O autor, na rede interdiscursiva, retoma o discurso do Outro com o objetivo de construir um efeito de sentido desejado. O primeiro discurso introduzido (E1) é a declaração de um representante da associação médica, que afirmou, de um lugar, um evento em Brasília, e embasado em dados da Organização Mundial da Saúde, que não haveria mais vagas para médicos no mercado de trabalho. O segundo discurso introduzido é o de Jarbas Passarinho (E2), que, no mesmo lugar, mas anterior a E1, afirmou ter ouvido, décadas anteriores, a mesma afirmação que E1 faria naquele evento.

O autor é quem presencia o evento, que é, além de tudo, um evento discursivo, e tomando as vozes desse evento para ele, pode agora regê-las no seu discurso, desmistificando-

as, esclarecendo-as, dando-lhes uma ordem lógica que não é mais a ordem do acontecimento. No mundo, ele é a testemunha dos eventos discursivos; no discurso, ele é o desmistificador.

Assim, ao reorganizar esses discursos (na ordem E1 E2), conecta-os com a expressão “ironia do destino”: “E1 relatou ..., ironia do destino, E2 narrou antes...”. Dessa forma, além de reger esses discursos, toma um posicionamento diante deles, dá valor a um e desvaloriza o outro. Eles não são discursos que neutralmente perpassam o discurso do autor, ele direciona-os. E isso só pode ser feito porque o autor é uma instância que transcende o próprio discurso. É o sujeito que está no mundo, que presencia o evento em Brasília e posiciona-se discursivamente acerca do que ele é testemunha.

Conforme já mencionamos, ao longo desse discurso, o autor demarca um posicionamento contrário ao intervencionismo do Estado. O posicionamento contra a intervenção estatal é presente entre economistas de postura político-econômica liberal. Esta se fundamenta na ideia de que o mercado, sem sofrer qualquer tipo de intervenção, é capaz de se autorregular, constituindo-se independente e eficiente através da livre concorrência. No recorte abaixo, podemos verificar essa postura:

Recorte 4

A retranca para a abertura de faculdades - como ocorre hoje no ensino a distância - em nada beneficia a qualidade, embora impeça a saudável concorrência entre os cursos.

A expressão “retranca” aponta para um julgamento em relação ao intervencionismo do Estado e a expressão “saudável concorrência” marca um posicionamento positivo em relação à livre concorrência. Nessa ótica, o posicionamento do autor poderia ser concebido como determinado pelo próprio campo da economia, ou seja, é um dos posicionamentos dentro desse campo.

Seguindo esse raciocínio, o posicionamento do autor seria uma ilusão do sujeito em pensar que é dono de seu discurso enquanto não o é, pois há uma formação discursiva que o domina? Ou seria essa dominação uma estratégia ou mesmo uma condição, para que seu discurso circule nos espaços discursivos que a aderem?

É necessário destacar, em relação a isso, a noção de instância autoral hierarquizada, que submete o autor ao lugar de “o articulista da Veja”. A hierarquia do autor com a instância

autor al “Veja” implica também os posicionamentos. Afinal, deve existir identificação entre o posicionamento que o autor assume e o posicionamento da revista.

Por essa hierarquia de autores, na voz do autor fala também a voz da Veja, como se essa instância superior se responsabilizasse por o que enuncia o autor e assumisse o mesmo posicionamento que ele. Dessa maneira, a voz do autor e a da revista tornam-se harmoniosamente uma única voz, fazendo com que se coadunem também os posicionamentos sociais e políticos de ambos. (BAPTISTA, 2015).

Contudo, a própria escolha que a revista faz pelo autor que ocupa certo espaço no campo da economia já denuncia o posicionamento da Revista Veja. Devido à Veja escolher o economista para tratar de um tema referente ao sistema educacional, sabe-se que o posicionamento do autor se alinha à visão de educação voltada para o desenvolvimento econômico. (BAPTISTA, 2015).

Em nosso trabalho, buscamos analisar as particularidades da autoria no artigo de opinião de Cláudio de Moura Castro. Defendemos que esse gênero impõe um estatuto restrito ao autor. Essa restrição é uma condição de êxito da instituição jornalística, pois quem assume a posição de autor deve representar seu campo discursivo que, por sua vez, faz com que o autor encarne o papel de homem público e de autoridade.

Ao mesmo tempo, o artigo de opinião dá condições para que o autor demarque certa singularidade e subjetividade em seu discurso. Assim, nos limites que a língua, o discurso e o gênero permitem, o autor, pelo modo de enunciar, inscreve em seu discurso marcas que apontam para um autor singular, que deixa transparecer certos indícios de subjetividade e permite que possamos sentir “a presença do autor”.

Esses indícios foram observados pelo modo de construir os objetos no discurso, que remetem para aspectos de criatividade e originalidade no modo de dizer. E mesmo que seu discurso seja perpassado por outros, ele pode atuar sobre alguns, direcionando-os. Também verificamos indícios na maneira como mantém distância de seu discurso, apagando marcas de subjetividade ou deixando transparecê-las.

Nesse jogo entre objetividade e subjetividade, o autor estrategicamente tenta controlar os possíveis efeitos de sentido que seu discurso possa gerar na interação com o leitor. Contudo, isso não quer dizer que ele seja senhor de seu discurso e usufrua de toda liberdade e controle sobre os discursos que o atravessam. Afinal, é na coenunciação, no processo de leitura, que os efeitos de sentido são produzidos, conforme os posicionamentos dos coenunciadores, sobre os quais o autor não tem controle.

Considerações finais

A noção de sujeito é bastante complexa em Análise do Discurso. Nos estudos de Pêcheux, o sujeito aparece como dominado pela formação discursiva, que determina o que pode e deve ser dito. Aqui fizemos um recorte da problemática do sujeito, restringindo-a à noção de autor. Essa, por sua vez, foi pensada especificamente configurada em um gênero de texto, o artigo de opinião.

Observamos, assim, que o artigo de opinião é um espaço enunciativo no qual é possível analisar que o uso da língua está vinculado às instituições e à prática social. Ao partirmos desse pressuposto, buscamos identificar como o artigo de opinião, por estar condicionado às condições de êxito da revista, restringe a maneira como o sujeito se inscreve no discurso.

Procuramos, porém, não perder de vista que essas restrições podem não significar um apagamento da autoria. No *corpus* analisado, o sujeito, mesmo engajando-se de acordo com as regras “do jogo discursivo”, “dribla” as formas de engessamento da posição da qual enuncia. Nas artimanhas do estilo, na ordem do “como”, faz emergir sua presença pela singularidade e originalidade, e sentimos a presença de um autor, pelos indícios que deixa em seu discurso.

Referências

- ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *Alfa*, São Paulo, p. v. 50, p. 77-89, 2006.
- BAPTISTA, Carlos A. *As faces do autor: autoralidade nos discursos de Claudio de Moura Castro*. 2015, 130 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 2015.
- BARONAS, Roberto. *Ensaio em Análise do Discurso: Questões analítico-teóricas*. São Carlos: Edufscar, 2011, p. 13-22.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2005.
- _____. A Análise do Discurso e suas fronteiras. *Matraga*, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-37, 2007.
- _____. *Análise de textos de comunicação: 6ª edição ampliada*. São Paulo: Cortez, 2013.
- MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

PÊCHEUX, M. *A análise de discurso: três épocas*. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Ed. da Unicamp, 1993.

POSSENTI, Sírio. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola, 2009.

RODRIGUES, Rosangela Hammes. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

Site consultado:

Governo estabelece regras para abertura de cursos e criação de vagas. Ministério da Educação. 23 de jul. De 2013. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18912. Acesso em 01 de out. de 2017.

Revista consultada:

Revista Veja. Ed. Abril, 06 de fevereiro de 2013.

**THE AUTHORSHIP IN THE DISCOURSE GENRE OPINION ARTICLE
BY CLAUDIO DE MOURA CASTRO: SUBJECTION OR FREEDOM?**

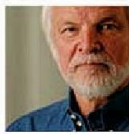
ABSTRACT

This paper represents the convergence of two very productive categories in language studies, more specifically, in research on the French part of Discourse Analysis: the one of discourse genre and the one of authorship. Our goal is to identify traces of authorship in the opinion article written by Claudio de Moura Castro, taking into account that the discourse genre may run with restrictions on authorship. This is an enunciative-discursive analysis, with a theoretical-methodological basis in the French part of Discourse Analysis, in the perspectives developed by Maingueneau. Due to being social activities, the discourse genres are subjected to a set of conditions for success, which involve elements of different orders. The opinion article is no different, considering that one of its condition for success is the restriction of authorship, as it involves the positioning of a legitimate author by a discursive field. However, it is in the limits of these restrictions that the subject demarcates its singularity.

Keywords: Discourse Analysis; authorship; opinion article.

**Envio: novembro/2018
Aceito para publicação: dezembro/2018**

Anexo



de Moura Castro Claudio

claudiomouracastro@positivo.com.br

A exumação de um cadáver

Quando parecia sepultada e descansando de uma vida maldita, exuma-se a ideia de que o estado deve regular a oferta de cursos superiores privados. Ou seja, impedir que os incautos proprietários de faculdades invistam errado, pois o MEC sabe onde está o mercado para advogados ou médicos. Pensemos: quem sabe de mercado, o dono da faculdade que arrisca sua empresa ou um funcionário do MEC, pontificando sob o manto da impunidade — e sabe-se lá com que agenda latente?

Em Brasília, o representante de uma associação médica declarou: “Não há mais mercado para médicos, assim mostram os indicadores da OMS”. Ironia do destino, nesse evento, falou antes dele Jarbas Passarinho. Narrou que, em sua gestão como ministro da Educação (1970), foi procurado pela mesma associação, ouvindo idêntica afirmativa. Desde então, o número de faculdades de medicina cresceu quatro vezes. O mercado deveria estar ainda mais saturado, pois a população cresceu muito menos. Contudo, não há estatística sugerindo saturação dos

“Esperava-se que os profissionais fossem para empregos cujo nome se assemelhava ao do curso. Hoje ocorre a ‘desprofissionalização’ dos diplomas”

mercados. Pelo contrário, a carreira é recordista de candidatos por vaga.

Se novas faculdades fossem para onde há poucos doutores por habitante, não existiriam os grandes centros médicos. E as escolas localizadas em regiões pobres formariam profissionais de qualidade ainda pior (o papel de andar na contramão do mercado é para o ensino público).

Como definir se um mercado está saturado? Pela teoria econômica, será o caso se os salários dos graduados não são comensuráveis com os custos de estudar ou, no limite, se eles estão desempregados. Segundo as pesquisas, quatro anos de faculdade dobram os salários e não há desemprego significativo nesse nível.

No passado, esperava-se que os profissionais fossem para empregos cujo nome se assemelhava

ao do curso. Hoje, tal como nos países ricos, ocorre a “desprofissionalização” dos diplomas. Exercem a profissão menos de 20% dos advogados, 10% dos economistas e 5% dos filósofos. Haveria que cortar 95% das matrículas em filosofia? Não, pois os quatro anos de graduação se converteram, para a maioria, em uma educação “genérica”, que prepara para exercer ocupações meio indefinidas. Nada errado.

Os lobbies médicos disfarçam a retransição na abertura de cursos como proteção da qualidade. Pura falácia, mal escondendo um conluio entre governo e corporativismo. Em vez de definir a geografia da demanda, o certo é impor padrões de qualidade rígidos aos novos cursos. E, sem apertar o cerco aos cursos e profissionais ruins que aí estão, adia-se para a próxima geração um atendimento correto. Ou seja, fechar a torneira dos novos cursos é apenas garantir o monopólio dos velhos, livres da concorrência de intrusos.

A boa solução é conhecida de todos e temida pelos menos confiantes na sua competência: filtrar pelo Enade. E também por exames de ordem para médicos — como fazem os advogados. Assim se faz nos Estados Unidos e nessa direção caminha o estado de São Paulo.

A prova da OAB é uma bela solução. Formam-se muitos bacharéis em direito. Alguns vão vender terrenos, outros trabalharão na empresa do pai. Os melhores passam nas provas da ordem, assegurando um nível mínimo de competência nas cortes de Justiça. Todos ganham.

Curiosamente, há na OAB quem não abençoa o seu belo sistema e quer fazer a mesma besteira das associações médicas: restringir a criação de cursos,

decretando onde não há demanda. No mundo real, quem acha a demanda são os novos advogados e médicos, não os governos e lobbies. Se fossem piores os mercados nas regiões pobres, mesmo os profissionais que lá se formassem tampouco ficariam.

Para melhorar a qualidade dos cursos, há o Enade e outras provas, em paralelo a um acompanhamento rigoroso do MEC. A retransição para a abertura de faculdades — como ocorre hoje no ensino a distância — em nada beneficia a qualidade, embora impeça a saudável concorrência entre os cursos. Não passa de uma ação visando a beneficiar financeiramente quem já entrou, sejam faculdades, sejam profissionais. Protege o interesse deles e não da sociedade.



CLAUDIO DE MOURA
CASTRO é economista